



ARTIGOS / ARTICLES

O EXERCÍCIO DO *SENSUS FIDELIUM* NO SÍNODO DA DIOCESE DE TUBARÃO

The Exercise of the Sensus Fidelium in the Synod of the Diocese of Tubarão

Agenor Brighenti *

RESUMO: O artigo relata a experiência da participação pessoal e faz uma breve análise da realização do Sínodo da Diocese de Tubarão na década de 1980, que envolveu as 53 paróquias e as 600 comunidades que a compunham. Em um primeiro momento, se apresenta a preparação do processo e sua realização, em vista da reprojecção do ser e do fazer da Igreja na Diocese, através de um planejamento pastoral participativo, de forma descentralizada, de baixo para cima. Em um segundo momento, se aborda os principais resultados do Sínodo e se faz uma breve análise, principalmente a partir dos desafios levantados. Em destaque, algumas considerações sobre o exercício da participação no processo sinodal e suas implicações, a interação entre saber popular e saber acadêmico na pastoral, terminando com a conversão à realidade como caminho de conversão ao Evangelho.

PALAVRAS-CHAVE: Sínodo. Diocese. Pastoral. Planejamento. Participação.

ABSTRACT: The article reports the experience of personal participation and makes a brief analysis of the Synod of the Diocese of Tubarão in the 1980s. The Synod involved 53 parishes and 600 communities that it comprised. Initially, the synod presented the preparation and the realization of the process, in view of the reprojecting of the being and the doing of the Church in the Diocese, through participative pastoral planning, in a decentralized form, from the bottom up. Next, the main results of the Synod are presented and a brief analysis is made, especially from

* Centro Bíblico-Teológico-Pastoral, Bogotá, Colômbia.

the challenges raised. The report highlights some considerations on the exercise of participation in the synodal process and the implications thereof, the interaction between popular knowledge and academic knowledge in the pastoral action, ending with the conversion to reality as a way of conversion to the Gospel.

KEYWORDS: Synod. Diocese. Pastoral. Pastoral. Participation.

Introdução

Aqui, uma breve narrativa e análise de um sínodo diocesano, a partir de dentro, vivido pessoalmente e realizado ainda na primeira metade da década de 1980. Quase quarenta anos depois, uma vez decantados sentimentos e percepções enquanto coordenador do processo, sinto-me apto a um relato isento de subjetivismos, embora consciente da ilusória pretensão da objetividade total.

O Sínodo da Diocese de Tubarão¹ (1984-1986), situada no sul catarinense, por um lado, se insere na trilha aberta pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), seguido das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), assim como no dinamismo da CNBB, particularmente a partir da década de 1970. Estes eventos significaram um esforço de reconciliação da Igreja com o mundo, de *aggiornamento* em relação à modernidade, de edificação de uma Igreja de todos a partir dos pobres e de uma busca de “democratização” da própria instituição. Por outro lado, o Sínodo da Diocese de Tubarão foi um processo desencadeado, ora na linha de continuidade, ora de ruptura, de uma longa caminhada pastoral desenvolvida até então no sul-catarinense. Havia conquistas a reafirmar, mas havia também passos a dar, não sem sofrimento e tensões, pois se exigia conversão pessoal, sobretudo, a “conversão pastoral da Igreja”, como diria a Conferência de Santo Domingo uma década mais tarde (SD, n. 30).

O fato é que, do Concílio Vaticano II, havia chegado pouco à Diocese e menos ainda da caminhada da Igreja na América Latina a partir de *Medellín*. Além da reforma litúrgica e da catequese renovada, a pastoral

¹ A Diocese de Tubarão, na atualidade, é uma das dez dioceses do Estado de Santa Catarina. Foi criada pelo Papa Pio XII em 1954 pela Bula *Viget Ubique Gentium* (SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL, 1987, p. 373). Em 1987, no final do processo do Sínodo, mais tarde dela seria desmembrada a Diocese de Criciúma, abrangia 32 municípios, uma área de aproximadamente 9.500 km² e contava com 600.000 habitantes. Estava organizada em 53 paróquias, subdivididas em 600 comunidades locais, agrupadas, por sua vez, em sete Comarcas ou regiões pastorais. A Diocese contava, também, com oito Seminários, dentre os quais seis de Congregações Religiosas, 120 padres diocesanos, 75 comunidades religiosas integradas por 320 religiosos, 11 colégios católicos, três rádios, etc. (*ibid.* p. 374).

continuava em grande medida centralizada no padre e na paróquia, em torno à sacramentalização. A criação do Secretariado Diocesano de Pastoral e a elaboração de planos de pastoral de conjunto haviam sido um esforço de superação das práticas pré-conciliares, mas com resultados limitados. A relação Igreja-mundo na Diocese vinha pelo viés de uma postura de neocristandade, concretamente pela Liga Eleitoral Católica, direcionada à indicação e apoio de candidatos ao legislativo e ao executivo, que defendessem a moral católica e repudiassem o perigo do comunismo. Daí a dificuldade de acolher *Medellín* e *Puebla*, que postulavam com a *Gaudium et Spes*, uma Igreja inserida no mundo, numa postura de diálogo e serviço, consciente da autonomia do temporal. Dificuldade maior se tinha com relação à perspectiva libertadora, a opção pelos pobres, a inserção da Igreja nos meios populares, facilmente visto como infiltração do marxismo na Igreja ou de atrelamento ao comunismo.

É com este referencial de fundo que vamos narrar, brevemente, o acontecimento do Sínodo da Diocese de Tubarão, preparado durante o ano de 1983, realizado nos anos de 1984, 1985 e metade de 1986, desembocando em um plano de pastoral para os anos 1986-1990². Como referências, basicamente, nos limitaremos aos documentos gerados durante o processo sinodal, publicados pela própria Diocese.

1 Em busca de mudanças nas relações de igualdade e autoridade na Igreja

O primeiro objetivo do Sínodo exprimia bem o seu espírito e sua prioridade das prioridades: “dar mais voz e vez aos leigos e leigas na Igreja”. Quase vinte anos após a realização do Concílio Vaticano II, era mais do que a hora de superar, tanto na prática como na organização pastoral, uma eclesiologia esclerosada, baseada no binômio *clero-leigos*, em uma relação sujeito-objeto. A *Lumen Gentium*, com a concepção da Igreja como *Povo de Deus*, acenava para uma reestruturação da instituição sobre a base de outro binômio: *comunidade-ministérios*. Não há duas classes de cristãos, mas um único gênero – os batizados, sobre os quais se assenta a base laical da Igreja.

² Para uma visão mais completa do evento, ver os cinco trabalhos publicados pelo Secretariado Diocesano de Pastoral: *Diocese de Tubarão, quem somos?* Monografia da realidade social e eclesial (1984); *Diocese de Tubarão, para onde vamos?* Marco doutrinal para a realidade da região sul catarinense (1985); *Compêndio dos documentos do Sínodo de Planejamento Pastoral Participativo. Plano Diocesano de Pastoral 1986-1990* (1987); e os mais de 20 artigos publicados na Revista *Diocese em Foco*. Órgão Oficial de divulgação da Diocese de Tubarão, por A. Brighenti, fazendo um relatório de cada passo do processo durante os anos de 1984, 1985 e 1986.

Na Diocese de Tubarão, o esgotamento de um modelo de Igreja centralizado no padre e na paróquia, bem como em um clericalismo vanguardista ou no basismo típico da década de 1970, impulsionava as comunidades em geral a encontrar novas formas de coparticipação, em vista de uma Igreja toda ela ministerial. Além desses fatores, não se pode negar também a influência da grande mobilização nacional ocorrida na década de 1980 na conquista da democracia, após vinte anos de ditadura militar. O clima cívico acabou contagiando a própria Igreja a buscar expressar melhor a “comunhão e participação” *ad intra* e *ad extra*, tal como havia conclamado *Puebla*, bem como a institucionalizar novos organismos e estruturas para o exercício de uma efetiva corresponsabilidade entre todos os batizados.

1.1 O resgate da sinodalidade perdida

É oportuno começar dizendo, tal como se fez na época da realização do Sínodo na Diocese de Tubarão, que a implementação de uma Igreja sinodal – o exercício da comunhão *ad intra* e *ad extra* do Povo de Deus, que peregrina no mundo como companheiro de caminho de uma humanidade toda ela peregrinante, não é uma invenção do Vaticano II ou da Igreja na América Latina. O Concílio, em sua “volta às fontes” (*ad rimini fontes*), um ardente desejo desde o século IX, apenas resgatou o que havia sido o modo de ser Igreja no primeiro milênio e que, por razões diversas, se perdeu de vista no segundo. Também se frisou na época, o que é importante ter presente também hoje, que o Vaticano II resgatou a sinodalidade, mas a desenvolveu teológica e pastoralmente apenas em relação aos bispos – a colegialidade episcopal. Deixou na penumbra a sinodalidade da Igreja como um todo, do Povo de Deus em sua totalidade, dando margem a continuar vendo o laicato como destinatário da ação da Igreja e não sujeito na corresponsabilidade de todos os batizados. E foi precisamente isso que o Sínodo da Diocese de Tubarão buscou implementar. Sinodalidade eclesial não se resume a um “caminhar juntos” com o Papa, chefe da Igreja universal, da qual as dioceses seriam parcelas e, com os bispos, seus colaboradores, tal como ocorreu durante o segundo milênio, sem nenhuma outra instância sinodal intermediária. Também não se reduz, como na primeira fase de recepção do Vaticano II, na comunhão das Igrejas Locais através da comunhão dos bispos entre si, no exercício da colegialidade episcopal, através das Conferências Episcopais e o Sínodo dos Bispos.

Tirando consequências da eclesiologia Povo de Deus, é a Igreja na América Latina que vai situar a colegialidade episcopal no seio da sinodalidade eclesial. É pelo exercício do *sensus fidelium*, da comunhão do Povo de Deus como um todo no seio de uma Igreja toda ela ministerial, que se supera o binômio “clero-laicos” por “comunidade-ministérios”. Nesta perspectiva, a sinodalidade não acontece de maneira vertical – o leigo em comunhão com o padre, este com seu bispo e os bispos com o papa. Antes ela acontece de modo horizontal, na comunhão de todos os batizados na Igreja Local

e entre estas, em comunhão com a Igreja de Roma, que o Papa preside. A Igreja é uma “Igreja de Igrejas” Locais. Os ministros ordenados são também membros do Povo de Deus, no seio do qual a sinodalidade acontece na comunhão das comunidades eclesiais no âmbito da paróquia e destas no seio da Igreja Local que, por sua vez, se expressa em conferências ou “assembleias eclesiais” em âmbito regional, nacional, continental e universal. É o que aconteceu de modo explícito no Sínodo da Amazônia e na Primeira Assembleia Eclesial da Igreja na América Latina e Caribe e que influenciou diretamente o perfil do Sínodo dos Bispos sobre a sinodalidade. Trata-se de um sínodo que deixa de ser de bispos, para ser um sínodo de todo o povo de Deus, realizado de forma descentralizada, de baixo para cima, a partir das Igrejas Locais, segundo o princípio da subsidiariedade. No respeito à autonomia das Igrejas Locais, mais do que uma “descentralização” do poder, com isso há uma “desconcentração” no poder na Igreja. Não é exagerado dizer que se trata de iniciativas portadoras de mudanças profundas, com consequência em todas as esferas da vida eclesial, sobretudo para a ação evangelizadora, a razão de ser da Igreja.

1.2 A proposta de um Sínodo e seus objetivos

A proposta de um Sínodo de Planejamento nasceu na reunião do Conselho Diocesano de Pastoral, em 24 de fevereiro de 1983³. Em seguida, ela foi encaminhada a uma reunião do clero e de leigos/as representantes das paróquias em 2 de março e, finalmente, discutida nas reuniões de Comarca⁴ no mês de julho do mesmo ano. Daí nasceram os objetivos do Sínodo, aprovados na Assembleia Diocesana de Pastoral, realizada nos dias 7, 8 e 9 de novembro do mesmo ano, a saber: a) dar mais voz e vez ao leigo na Igreja, através de sua participação ativa no processo de tomada de decisões, relativo à vida e à ação pastoral; b) privilegiar mais o processo (o planejamento) do que os resultados (o plano); c) fazer a Igreja mais Povo de Deus, despertando a corresponsabilidade entre clero e leigos; d) envolver no processo de planejamento todos os níveis eclesiais: base, paróquias, comarcas, diocese; e) elaborar um plano de pastoral alicerçado, não somente sobre a realidade eclesial, mas também social.

Em síntese, esses objetivos já condicionavam a escolha do tipo de metodologia a ser utilizada no processo. Eles reclamavam os ideais de uma Igreja *comunhão e participação*, consagrados por Puebla. Assim, a metodologia adequada a ser utilizada teria que ser, por um lado, uma *pedagogia de uni-*

³ Para a preparação e abertura do Sínodo, foi publicado um folheto contendo os objetivos e uma oração oficial, composta pelo Bispo Diocesano Dom Osório Bebbler, OFM Cap, que pode ser encontrado nos *Arquivos do Secretariado Diocesano*.

⁴ Por “comarcas”, entende-se as regiões pastorais que agrupam diversas paróquias vizinhas. Como geralmente as Dioceses são demasiado extensas, reunir-se por regiões é uma necessidade para dar maior organicidade e dinamismo à ação pastoral.

dade e, de outro, uma *pedagogia de conversão à realidade*. Coincidentemente, se constatava que era justamente essa a originalidade epistemológica da teologia latino-americana, uma reflexão da práxis da fé que brota de um tripé tomado dialeticamente – *ver analiticamente* a realidade, iluminada por um *judgar teologicamente*, em vista de um *agir pastoralmente*. Com isso, explicitava-se a vontade de reatar a pastoral na Diocese como um todo com a caminhada da Igreja na América Latina e Caribe, fortificada por uma reflexão teológica enquanto “momento segundo” de um “momento primeiro”, que são as práticas das comunidades eclesiais inseridas profeticamente no mundo.

Na reunião do Conselho Diocesano de Pastoral, realizada em 9 de agosto de 1983 e, nas reuniões de Comarca no mesmo mês, apresentou-se uma proposta de metodologia do processo, seguindo os passos do planejamento participativo, e ela foi aprovada. Na proposta, o mais importante não era planejar a ação futura, mas o *modo* como se planeja, pois ao mesmo tempo em que se prioriza a ação, se estabelece também uma clara escala de valor entre *planejamento* e *plano*. Depois da ação, o mais importante é o planejamento, o processo de tomada de decisões em vista da ação e não o plano, que é apenas o registro das decisões tomadas no processo. O plano caduca, passa, já o planejamento rejuvenesce, renova e reprojeta a ação. Trata-se de uma atitude que converge com um dos quatro princípios pastorais explicitados pelo Papa Francisco – “o tempo é superior ao espaço” (EG, n. 222).

1.3 A metodologia do processo sinodal em seus grandes momentos

A metodologia adotada pelo Sínodo da Diocese de Tubarão na década de 1980, seguindo os passos do planejamento participativo (VELA, 1988; BORDENAVE DIAZ, 1984; SENO CORNELLY, 1980) se apoiava sobre dois grandes marcos: o *Marco Referencial*, composto pelo Marco da Realidade, o Marco Doutrinal e o Diagnóstico Pastoral; e o *Marco Operacional*, composto pelo Prognóstico Pastoral, a Programação Pastoral, a Organização e o Controle e Avaliação. Trata-se de um método de reflexão, pois se concebe o planejamento como um pensar a ação “antes, durante e depois” dela.

No Marco Referencial, o Marco da Realidade consiste no estudo da realidade sócio-histórico-pastoral e na análise de seus principais problemas. O Marco Doutrinal diz respeito à explicitação, a partir da Revelação lida no seio da Igreja, de como deveria ser a realidade levantada, segundo os desígnios de Deus. O Diagnóstico Pastoral é fruto do confronto entre o Marco da Realidade e o Marco Doutrinal, entre “quem somos” e “quem queremos ser”, que desemboca na identificação das forças de apoio e de resistência, das tendências negativas e positivas e na determinação das urgências pastorais.

O Marco Operacional é a fase de tomada das decisões, o momento da volta à ação, da elaboração do Plano Global, caracterizado por quatro momentos. Primeiramente, a partir do Marco Referencial elabora-se o Prognóstico Pastoral. Trata-se da definição do Objetivo Geral e dos Objetivos Específicos da ação pastoral. A seguir vem o Prognóstico Pastoral que contempla a Programação, com a definição dos Programas e seus respectivos Projetos pastorais. Finalmente, vem a Organização, que consiste na determinação dos organismos de globalização e dos mecanismos de coordenação que irão animar, coordenar e supervisionar a ação, seguido do Controle e a Avaliação. O Controle destina-se à correção ou adaptação do Plano de Ação durante a sua aplicação e a Avaliação contempla a revisão do Plano em sua globalidade, no final do prazo estipulado para sua aplicação.

1.4 O exercício da participação durante o processo do Sínodo

O processo do Sínodo não foi perfeito, mas a participação, em vários momentos, alcançou índices além do esperado. Em princípio, coerente com o princípio que a “Igreja somos nós”, os batizados, se tentou chegar a todos os católicos do sul do Estado. Concretamente, às 53 paróquias, com suas 600 comunidades organizadas em torno ao culto e aos seus diversos serviços pastorais. Também às 65 comunidades religiosas presentes na Diocese na época.

A coordenação do processo nas Paróquias e nas Comarcas esteve a cargo de uma Equipe de Coordenação do Sínodo, treinada para essa finalidade, composta de cinco membros⁵. Em nível diocesano, a coordenação esteve a cargo da Equipe Central de Coordenação, composta pela Coordenação Diocesana de Pastoral, os Vigários Comarcais e um grupo de peritos em ciências humanas e sociais. As decisões ao longo do processo sinodal foram tomadas em assembleias paroquiais, comarcais e diocesanas, através de um consenso de no mínimo 2/3 dos participantes.

Onde estamos e onde queremos estar

Como o primeiro passo a ser dado consistia em conhecer participativamente (FALS BORDA, 1981; TAMAYO, 1990. BRANDÃO, 1987; BRANDÃO, 1988) a realidade sócio-pastoral da Diocese⁶, sua preparação remota consistiu no levantamento dos temas da pesquisa de campo e da pesquisa bibliográfica a ser feita; no treinamento de auxiliares de investigação; na definição das

⁵ Essas equipes eram designadas “Equipe Paroquial de Coordenação do Sínodo” que, em muitas paróquias, era composta, além de agentes de pastoral da matriz, também por um membro de cada comunidade local ou capelas.

⁶ A “radiografia” da Diocese feita pelo Sínodo encontra-se no Marco da Realidade, publicado inicialmente sob o título – Diocese de Tubarão, quem somos? – e, posteriormente, recolhido, já devidamente revisado pelos participantes do processo sinodal, no *Compêndio dos Documentos do Sínodo de Planejamento Pastoral Participativo*. Plano Diocesano de Pastoral 1986-1990.

unidades de pesquisa (amostras); e na elaboração de seus instrumentos. A preparação próxima consistiu numa ampla divulgação do processo e de seus objetivos nas comunidades; na elaboração da Oração do Sínodo; e material de publicidade para os meios de comunicação social — cartaz, adesivos e de spots para rádio e televisão. A abertura deu-se no dia 11 de março de 1984, através de uma celebração litúrgica especial, com material próprio, em cada uma das 600 comunidades das 53 paróquias da diocese e de um painel do Bispo diocesano e a equipe de coordenação na televisão local. De 11 de março a 15 de maio foi efetuada a pesquisa-de-campo, em que foram consultadas aproximadamente 55 mil pessoas. Após a tabulação dos dados recolhidos, não só da pesquisa de campo como também da pesquisa bibliográfica, publicou-se uma Pré-monografia da realidade sociopastoral do sul catarinense (SDP, 1984). De novembro/1984 a abril/1985, portanto durante seis meses, procedeu-se ao *estudo, discussão e correção* dos dados levantados em cada uma das 600 comunidades. Para isso, serviu-se do texto analítico e técnico da Pré-monografia, mas também, a partir dela, de meios de divulgação mais populares como um audiovisual, um álbum-seriado, oito documentários de televisão e um livrinho de uma Via-Sacra da Quaresma, elaborada a partir dos dados levantados. Nesta fase, se estima que o Sínodo atingiu grande parte da população da Diocese, umas 400 mil pessoas, das 600 mil na época. A seguir, durante os meses de julho, agosto e setembro, se procedeu ao estudo, discussão e correção da realidade específica de cada paróquia. Para isso, muitas delas se serviram, também, da elaboração de material próprio.

Foi sobre a base do Marco da Realidade que se alicerçaram as demais etapas do processo, sempre de maneira indutiva e participativa, com as equipes de coordenação nos diferentes níveis eclesiais envolvendo o Povo de Deus. Após o discernimento comunitário, se tomaram as decisões através de assembleias em seus diferentes níveis.

Após a definição do Marco da Realidade, procedeu-se à iluminação da situação socioeclesial analisada, a partir dos conteúdos da fé, procurando privilegiar a participação e o processo em relação aos resultados ou ao Plano. Foram envolvidos na elaboração do Marco Doutrinal (SDP, 1985; 1987, p. 133-224) os trinta serviços ou setores de pastoral então existentes em nível diocesano, o Conselho Diocesano de Pastoral, o Seminário Maior de Teologia da Diocese, o Secretariado Diocesano de Pastoral, a IIª Assembleia Diocesana do Sínodo, uma equipe de padres redatores, assim como os professores do Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC).

Concretamente, começou-se com a convocação de mais uma Assembleia Diocesana para a definição dos *temas* que comporiam o Marco Doutrinal, capazes de iluminar a realidade constatada. A seguir, a Coordenação Diocesana de Pastoral acompanhou seu processo de elaboração, que passou por cinco redações consecutivas, num espaço de mais de dois meses de trabalho,

até chegar ao anteprojeto do documento definitivo. Este segundo documento do Sínodo divide-se em duas partes: a primeira apresenta o Marco Doutrinal *geral* que orienta a globalidade do plano e, a segunda, contém o Marco Doutrinal *específico*, que explicita as orientações doutrinárias a respeito dos Centros, Agentes, Meios, Lugares e destinatários especiais da evangelização.

A exemplo do Marco da Realidade, o Marco Doutrinal também foi estudado, discutido e corrigido participativamente nas 600 Comunidades Eclesiais Locais, das 53 paróquias da Diocese, nos meses de agosto, setembro e outubro de 1985. Nesta etapa, foram utilizados 5.000 exemplares deste segundo documento e 180.000 cópias de três folhetos populares que apresentavam um resumo de todo o conteúdo do Marco Doutrinal, destinados às comunidades eclesiais e serviços pastorais. Além deste material, também foram apresentados oito documentários na televisão local pela Equipe Central de Coordenação do Sínodo. As correções oriundas das bases foram recolhidas pela IIª. Assembléia Diocesana do Sínodo, realizada no dia 5 de novembro de 1985.

O terceiro e último passo do Marco Referencial foi a explicitação do Diagnóstico Pastoral, a conclusão da fase de apreensão da realidade, fruto do juízo comparativo entre o Marco da Realidade e o Marco Doutrinal (IRIARTE, 1985; LIBANIO, 1987, p. 15-33; MORALES, 1990; PARRA, 1982, p. 33-57). Tratou-se de um diagnóstico "*sócio-analítico-pastoral*" da realidade levantada, uma vez que ele representou a tomada de posição dos participantes do processo sinodal perante os desafios encontrados. O Diagnóstico da realidade sul-catarinense foi feito em duas assembleias diocesanas sinodais. Durante a IIIª. Assembleia, ocorrida nos dias 14 e 15 de agosto de 1985, determinou-se os grandes problemas e desafios postos pelo estudo da realidade, as forças de apoio e de resistência, as tendências negativas e positivas, as urgências e as pistas de resposta. Após a Assembleia, a Equipe Central de Coordenação do Sínodo, especialmente seus peritos, procedeu a uma sistematização dos conteúdos e seu enquadramento, a partir do esquema usado na abordagem da realidade registrada no Marco da Realidade. Os conteúdos foram elencados em ordem de incidência, tal como apareceram na Assembléia, fruto do plenário dos diversos grupos de trabalho. Finalmente, essa redação do Diagnóstico Pastoral foi submetida à apreciação e votação na Va. Assembléia Diocesana do Sinodo, ocorrida no dia 21 de outubro de 1985, uma vez que a redação não chegou a estar pronta para a IVª. Assembleia.

O que vamos fazer

Terminada a elaboração do Marco Referencial, o primeiro passo do Marco Operacional deu-se com a definição do Prognóstico Pastoral. Ele consistiu na definição do Objetivo Geral e dos Objetivos Específicos da pastoral em âmbito diocesano bem como, a partir dos maiores problemas levantados, na definição dos serviços pastorais a serem levados a cabo, também eles, com seus respectivos objetivos e critérios de ação. Os Serviços ou Setores

de Pastoral em âmbito diocesano, em número de 34, foram definidos pela IVa. Assembléia Diocesana do Sínodo, ocorrida nos dias 14 e 15 de outubro de 1985.

Na sequência, na mesma Assembleia, também foram definidos e elaborados o Objetivo Geral e os oito Objetivos Específicos da ação pastoral global na Diocese. Eles foram elaborados a partir do Marco da Realidade e do Marco Doutrinal, expressão “do que” e do “para que” se quer alcançar os resultados projetados. Após a elaboração do Objetivo Geral e dos Objetivos Específicos, as equipes diocesanas correspondentes a cada um dos 34 Setores de Pastoral reuniram-se para redigir o Objetivo de seu respectivo serviço, bem como para definir os Critérios de Ação, ou seja, suas Políticas e Estratégias. Em seguida, cada Setor submeteu sua redação ao Conselho Diocesano de Pastoral e as sugestões foram integradas pela Coordenação Diocesana de Pastoral. Enfim, o texto final foi apreciado, reformulado e votado pela Va., VIa. e VIIa. Assembléias Diocesanas do Sinodo, ocorridas no dia 21 de outubro, 05 de novembro e 25-26 de novembro de 1985, respectivamente.

Tendo-se definido o Plano Global de ação com a elaboração do Prognóstico Pastoral, o processo sinodal de reprojeção da ação pastoral na Diocese ocupou-se do Marco Organizacional ou da Organização e Avaliação. A execução do plano estabelecido exigia uma reorganização da instituição eclesial em seus diferentes níveis, para um verdadeiro exercício da co-criatividade, da co-participação e da co-responsabilidade. Era o momento da partilha do poder enquanto serviço, em que se responsabiliza organismos e pessoas por ações, recursos humanos, físicos e financeiros. Esta quinta etapa do processo teve início na VIIª. Assembleia Diocesana, realizada nos dias 25 e 26 de novembro. Em nove comissões, trabalhou-se em determinar, em termos de organização, o que deveria permanecer, o que precisaria ser redimensionado e o que deveria ser criado em nível paroquial, comarcal e diocesano. A partir das deliberações, a Coordenação Diocesana de Pastoral elaborou o anteprojeto do documento que foi submetido à apreciação e votação na Xª. Assembleia Diocesana, realizada nos dias 04 e 05 de março de 1986.

Por fim, veio o sexto e último passo com a elaboração das Diretrizes e Normas Pastorais, última etapa do Marco Operacional, no Planejamento Participativo denominado Controle e Avaliação. Nos meses de fevereiro e março de 1986, as equipes diocesanas de cada um dos Setores de Pastoral procederam à redação preliminar do documento. Em abril, a Coordenação Diocesana de Pastoral elaborou uma redação complementar ao texto, que foi enviado às paróquias para estudo, discussão e correção. Em maio, as correções oriundas das paróquias foram recolhidas e discutidas nas reuniões comarcais. Por fim, nos dias 2 e 3 de julho, a XIª. e última Assembleia Diocesana do Sínodo procedeu à apreciação, discussão e votação definitiva do documento, incluindo também os meios de correção fraterna.

2 Resultados alcançados e desafios a responder

O Sínodo da Diocese de Tubarão foi um processo longo, de dois anos e meio, que mobilizou muita gente, provocou muitos debates, aflorou preocupações e percepções diferentes, trouxe à tona conflitos submersos, mas, acima de tudo, gerou consensos que possibilitariam uma ação pastoral mais orgânica e de conjunto, libertadora e profética. Como mostramos, o processo se deu de forma descentralizada, de modo indutivo, de baixo para cima, das comunidades eclesiais às paróquias, destas às Comarcas e das Comarcas à Diocese. No âmbito Diocesano, onde culminava cada etapa do processo, foram realizadas 11 assembleias sinodais, consequência de se ter privilegiado o processo aos resultados.

Há inúmeras conquistas que perduram até hoje, apesar do período de involução eclesial que se instaurou na Igreja durante as três décadas que precederam o pontificado de Francisco. Na Diocese, ele foi profundo, inclusive com a transferência do bispo que promoveu o Sínodo. Mas, levantou também desafios, muitos deles ainda não superados nos dias atuais, tanto que se impõe à Igreja hoje em escala mundial um amplo processo sinodal, começando pelas Dioceses, passando pelos continentes, para desembocar em um evento de caráter universal, para além de um sínodo de bispos. É até uma questão de sobrevivência e de perspectivas para o futuro, pois uma Igreja centralizadora, autorreferencial, clericalista e autoritária esgotou suas possibilidades e viabilidade.

2.1 A virtuosidade e os obstáculos de um processo sinodal indutivo

Um dos primeiros frutos do Sínodo foi a “desestabilização” da Diocese enquanto instituição, no sentido de uma maior flexibilidade de suas estruturas. Na verdade, toda instituição com um poder não simplesmente descentralizado, mas desconcentrado, que funciona segundo os parâmetros do princípio da subsidiariedade, é uma instituição instável, no bom sentido. E muito mais quando há o exercício de um “poder-serviço”, controlado de forma ascendente, na medida em que o nível inferior determina a função do nível superior⁷. Em princípio, ninguém monopoliza mais o poder, nem uma assembleia, não importa em que nível eclesial. Há um poder que flui, sobretudo de maneira ascendente na corresponsabilidade de todos por tudo. Não há espaço para clericalismos, seja de clérigos seja de leigos/as, nem para uma “episcopalização” da Igreja Local, em que o bispo se coloca fora e acima do Povo de Deus e não como um de seus

⁷ Grande passo neste sentido foi a votação de uma norma de rotatividade do clero das paróquias dentro de um prazo de permanência, no máximo, de sete anos. Isso reforçou o comunitário frente a possíveis personalismos da parte dos párocos.

membros, com a função de presidir a unidade de diversidades. Presidir não significa decidir sozinho, mas exercer o ministério da comunhão, ser o elo harmonizador da participação de todos.

Esta forma de exercício do poder levou à superação do tradicional organograma da Diocese, em forma piramidal, comum às instituições, para dar origem a um “fluxo- organizacional”, em forma circular (SDP, 1986, p. 330, anexo 3; WHITAKER, 1993, p. 15-20; HOARE, 1979). No centro não está a autoridade, mas a ação, os diversos serviços que a Igreja quer prestar. O mais importante é o Povo de Deus agindo, a ortopraxis, sem menosprezar a importância da ortodoxia. Trata-se de uma ação que se desenvolve no interior de comunidades eclesiais, organizadas em seus diversos níveis (CEBs, Capela, Paróquia, Comarca, Diocese) e com seus diversos serviços pastorais e ministérios, conforme suas necessidades. Para evitar o corporativismo dos diversos setores ou serviços, estes se aglutinam em conselhos de pastoral, com seus respectivos primeiros responsáveis. Por fim, como órgãos máximos de tomada de decisão em relação à vida pastoral, vêm as assembleias, “organismos de globalização” da ação, nas quais leigos, padres, religiosos e o bispo têm o mesmo poder de decisão, sem com isso, eliminar o papel da autoridade ou o lugar do magistério (SDP, 1987, p. 301). O Bispo também quis se submeter a este princípio.

Participação gera participação e compromisso

Em nível diocesano, o exercício de uma eclesiologia de comunhão exigiu a criação de novos organismos de globalização da ação. Além do Conselho Diocesano de Pastoral, institucionalizaram-se ainda os conselhos de Pastoral Social, o Conselho de Movimentos e Associações⁸, o Conselho Presbiteral, o Conselho Administrativo e o Colégio de Consultores. Ademais, em vez de apenas um coordenador diocesano de pastoral, foi criada uma Equipe de Coordenação Diocesana, composta pelo Bispo Diocesano, o Vigário Geral e o Coordenador Diocesano de Pastoral. A equipe passou a integrar o Secretariado Diocesano de Pastoral, por sua vez ampliado com a inclusão dos Vigários Comarcais. Foi igualmente criada mais uma sede do Secretariado Diocesano de Pastoral na parte sul da Diocese, para dar mais agilidade e presença diocesana nas comarcas e paróquias da região, pensando já na criação de uma futura diocese, o que de fato aconteceu com a criação da Diocese de Criciúma. Também, além da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) com sua seção na Diocese, o clero e os leigos sentiram igualmente a necessidade de terem uma entidade própria. Os padres fundaram a Associação dos Presbíteros da Diocese de Tubarão

⁸ Os movimentos, como se sabe, por seu caráter exógeno em relação à Igreja Local, são um verdadeiro desafio para a pastoral de conjunto. Como chama atenção *Santo Domingo*, “eles devem estar coordenados na pastoral de conjunto” e faz-se necessário acompanhá-los “num processo de inculturação mais definido e alentar a formação de movimentos com um caráter mais latino-americano” (SD, n. 102).

(SDP, 1987, p. 319-330), pioneira no país e, o laicato criou o Conselho Diocesano de Leigos, a partir de núcleos nas paróquias.

Ao lado de todo este despertar em busca de uma participação mais organizada e dinâmica, o Sínodo levou também a uma maior qualificação dos agentes de pastoral em geral, especialmente dos leigos/as, condição essencial para o exercício paritário da corresponsabilidade. A prioridade das prioridades durante o primeiro ano de aplicação do Plano de Pastoral, a pedido dos leigos/as, foi a capacitação de agentes de pastoral, através de uma “formação na ação”. Programou-se um Curso de Capacitação para Agentes de Pastoral, a ser ministrado em cada uma das 600 comunidades das 53 paróquias da Diocese, destinado especialmente a todos os agentes à frente de um serviço de pastoral. Para isso, redigiu-se um manual próprio, com conteúdos sugeridos em assembleias e pedagogia discutida com Paulo Freire (SDP, 1986), por ocasião de sua passagem na Diocese. A realização do curso foi em forma de mutirão. Uma vez treinado um grupo de professores de cada paróquia em nível comarcal, num total de aproximadamente 2.000, foram ministrados, somente no ano de 1987, 595 cursos de 40 horas, a 11 mil agentes de pastoral. O encerramento foi celebrado com uma grande concentração, que contou com a presença tanto dos discentes quanto dos professores, em número aproximado de 15.000 pessoas, com a presença de Dom Helder Camara, símbolo da promoção da educação popular no país, através do Movimento de Educação de Base (MEB). Desta experiência caminhou-se para a criação de três Escolas de Teologia para Leigos/as, em três regiões da Diocese⁹ para facilitar a participação. Em pleno funcionamento desde 1988, estas Escolas já formaram milhares e milhares de agentes de pastoral, através de um curso de 240 horas/aula-ano, com a duração de dois anos. Finalmente, cabe também o registro de outro movimento de participação não menos significativo, que foi a implantação do dízimo. Ele seria um ingrediente importante para o exercício da corresponsabilidade entre as comunidades, as paróquias e a Diocese.

O difícil equilíbrio entre o profético e o institucional

Não foram poucos os desafios encontrados no processo sinodal, muitos deles ainda presentes até hoje. Desde o início, deparou-se com a complexidade da metodologia em questão e com o reduzido número de pessoas capacitadas tecnicamente para assessorar a caminhada. A metodologia utilizada, por mais participativa que seja, por sua complexidade, é ainda muito discriminante. Tanto que praticamente, do ponto de vista metodológico, foram os peritos que asseguraram a coerência interna do processo e a articulação entre os passos dados. Eles asseguraram a “diretividade” do processo, o que em alguns momentos foi confundido com diretividade dos resultados. Na verdade, a metodologia aplicada cruzou os níveis popular,

⁹ Foram criadas uma escola na cidade de Tubarão, outra em Criciúma e, uma terceira, em Araranguá.

pastoral e profissional da reflexão teológico-pastoral, mas com as mesmas pessoas, tornando difícil a participação, sobretudo das pessoas do nível popular. O ideal teria sido haver adaptado a metodologia a cada nível, com atividades específicas e diferentes para cada um deles, provocando o encontro dos três no final de cada etapa do processo. Concretamente, utilizando-se da metodologia *ação-reflexão* no nível popular, do método *ver-julgar-agir* no nível pastoral, e, no nível profissional, a trilogia *ver analiticamente, julgar teologicamente e agir pastoralmente*.

A aplicação desta metodologia complexa e globalizante levou a outra consequência análoga, a saber, à complexidade das estruturas eclesiais e da ação pastoral, fruto da vontade de responder à globalidade dos problemas levantados. Os inúmeros desafios postos pela situação dos cristãos e das pessoas em geral levou à organização de uma multiplicidade de serviços pastorais. De outro lado, a necessidade de uma ação orgânica e de conjunto, para escapar de uma atomização das inúmeras frentes de serviço que foram abertas, levou, inevitavelmente, à criação de múltiplos organismos de decisão, de coordenação e de globalização da ação, que acabaram gerando uma instituição, em certos momentos, pesada e lenta. Tomar uma diocese de mais de meio milhão de pessoas como unidade de planejamento participativo, envolvendo igualmente os níveis paroquial e comarcal, expõe-se ao risco de comprometer o exercício de um poder realmente participativo e de um discernimento verdadeiramente indutivo. O processo de tomada de decisões se torna demasiado lento em relação ao dinamismo da realidade, bem como o discernimento comunitário. Como solução, sem falar da necessidade de dioceses menores, seria mais adequado tomar cada nível eclesial como uma unidade de planejamento autônoma, ainda que não independente.

Ademais, resta o desafio do respeito e o equilíbrio necessário entre o profético e o institucional, entre o pessoal e o comunitário. O participativo não pode abafar a criatividade, a subjetividade, embora o maior problema encontrado se tenha manifestado no outro extremo, no vanguardismo, ou seja, na falta de paciência daqueles segmentos que já tinham alcançado um estágio maior de consciência, em caminhar juntos com os setores mais retardatários. Um processo participativo é necessariamente mais lento e os vanguardistas têm dificuldade em compreender que com um maior número de pessoas se pode ir mais longe, mas se chega depois, pois só há realmente mudança quando tudo e todos mudam.

2.2 A interrelação entre saber popular e saber acadêmico

O processo do Sínodo da Diocese de Tubarão buscou fazer uma simbiose entre saber popular e saber acadêmico, na medida em que levou as próprias comunidades eclesiais a refletir cientificamente, dando maior credibilidade e eficácia ao saber por elas mesmas produzido.

Saber popular não é sinônimo de anti-científico

A pastoral nos meios populares tem derivado, às vezes, a um empirismo ou pragmatismo, julgando-se que o saber científico necessariamente é anti-popular, evitando “ver analiticamente, julgar teologicamente e agir pastoralmente”. Nestes meios, geralmente, depois de uma análise de conjuntura, se passa à programação da ação (BRIGHENTI, 1987, p. 6-8). Supõe-se um conhecimento mais analítico da realidade e uma contextualização dos ideais do Evangelho, acreditando que todos já tenham claros os objetivos a alcançar. Na prática, sob a pressão das inúmeras urgências do contexto, facilmente se cai no imediatismo, que leva a uma ação pastoral repetitiva e, a longo prazo, estéril. Como é uma ação que peca por miopia tanto em relação ao presente como ao futuro, ela pode perder o compasso da história. Uma ação desprovida de uma teoria da práxis, cedo ou tarde, desembocará em uma prática a-histórica.

Fugindo igualmente do imperativo de um diálogo com as ciências, outras vezes se inicia o processo de reprojeção da ação, a partir do estabelecimento de *objetivos*. Começa-se por dar a direção da ação, mas sem um conhecimento explícito da situação e sem uma iluminação adequada da realidade. Com isso, facilmente se inventa objetivos, que correm o risco de não serem resposta a desafios concretos.

A metodologia de reprojeção da ação do Sínodo de Tubarão se articula na trilogia *ver-julgar-agir* de maneira dialética, o que permite evitar a pretensão de *objetivismo*, como também o risco de *subjetivismo*. A pretensão de objetivismo consiste em querer ver a realidade, na qual se está inserido, do lado de fora dela; e, o subjetivismo, em acreditar que uma leitura empírica seja a única forma de conhecimento real. No processo do Sínodo de Tubarão foram os próprios atores da ação, como agentes de pastoral, que procuraram conhecer analiticamente a própria situação, iluminar suas contradições com a luz do Evangelho e reorientar a ação futura, apoiados no saber popular e no saber acadêmico. Em outras palavras, buscou-se um conhecimento objetivo da realidade a partir do ponto de vista do sujeito. Houve um “ver” e um “julgar” a realidade, já comprometido com sua transformação. Na metodologia do Sínodo, o observador (sujeito) e a realidade observada (objeto) constituíram realidades inseparáveis, componentes de uma mesma história. Deste modo, a investigação, por si só, já se constituiu numa intervenção na realidade, levando o investigador deixar-se desafiar pela realidade e, ao mesmo tempo, a questioná-la. O isolamento e o descompromisso impedem seu conhecimento. Em outras palavras, o investigador só pode entender a realidade que analisou, na medida em que está disposto a mudar a si mesmo. Conhecer passa a ser um processo de conversão, uma pedagogia de conversão à realidade. O método é o sujeito dissolvido em ciência e, o objeto, o sujeito dissolvido em método.

Assim, no processo de reprojecção da ação no Sínodo de Tubarão as próprias comunidades eclesiais estabeleceram um diálogo com as ciências. A articulação entre o saber destas comunidades e o saber acadêmico foi assegurada pela integração no processo de um grupo de peritos em sociologia, economia, planejamento, serviço-social, psicologia e teologia. O grupo não fez uma mera assessoria de fora, como convidados, mas a partir de dentro, acompanhando o processo como membros da Equipe Central de Coordenação do Sínodo, sobretudo, participando no trabalho executivo da Coordenação Diocesana de Pastoral e das Assembléias Diocesanas.

Concretamente, como já se mencionou, o conhecimento da realidade sócio-pastoral do Sul catarinense foi feito através de uma pesquisa direta e participante. Foi direta na medida em que foram as próprias comunidades que definiram o universo da pesquisa (o que conhecer) e, participante, porque foram também elas que elaboraram comunitariamente o saber a respeito delas mesmas. Por sua vez, as unidades de pesquisa, definidas pelos peritos, foram igualmente participativas. A primeira foi composta por 600 Grupos Locais de Investigação, um em cada uma das comunidades eclesiais das paróquias da Diocese, composta por: 2/5 por responsáveis pelos diversos setores de pastoral da comunidade, 1/5 por católicos praticantes não-responsáveis por serviços pastorais, 1/5 por representantes de entidades civis e do poder público e, enfim 1/5 por não católicos ou pessoas sem religião. A segunda unidade de pesquisa, foi integrada por 3.088 famílias, sorteadas dentre o total de famílias católicas da comunidade, em número de 10 nas matrizes e de 5 nas capelas ou comunidades locais. A terceira unidade foi constituída pelas 68 comunidades religiosas. E, finalmente, a quarta, foi composta pelos 120 padres que trabalhavam na Diocese na época.

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de quatro diferentes questionários, segundo as quatro unidades de pesquisa. A resposta foi fruto da discussão em grupo e da decisão por consenso mínimo de 2/3 dos integrantes. Após a pesquisa, se procedeu à tabulação dos dados em nível paroquial, comarcal e diocesano pelas próprias equipes de coordenação dos diferentes níveis. Os dados, aproximadamente de um milhão e meio, foram tabulados em 3.000 mapas. Após rigorosa revisão e correção da tabulação por parte dos peritos, foi feita a redação de um informe, contendo os dados da pesquisa-de-campo e outros de segunda-mão, oriundos de fontes bibliográficas e censos (SDP, 1987, p. 40-41)¹⁰.

¹⁰ Os dados levantados, tanto por sua seriedade, como por sua credibilidade, além de despertar o interesse das comunidades eclesiais, levaram os peritos, a Coordenação Diocesana de Pastoral e outros organismos eclesiais a serem solicitados a explaná-los e discuti-los em congressos de educadores da região sul catarinense, bem como em colóquios universitários, em câmaras de vereadores e em meios de comunicação social.

Sempre buscando conjugar saber popular e saber acadêmico, nas fases seguintes, especialmente na elaboração do Marco Doutrinal, contou-se com a assessoria de professores de teologia, que deram um cunho sistemático à iluminação teológica da realidade. Na definição do Marco Operacional, foram integrados elementos das ciências administrativas.

Popularizar a academia para humanizar a ciência e profissionalizar a pastoral

Um dos primeiros resultados do esforço de inter-relação entre saber popular e saber acadêmico foi uma maior credibilidade da Igreja no seio da sociedade. A integração das ciências ou da academia no trabalho popular permitiu que a denúncia, por exemplo, se tornasse mais profética e consequente, bem como uma ação pastoral desencadeada a partir de causas reais. Levou, também, as próprias pessoas a confiarem mais em si mesmas e na força dos fracos. O saber delas, por ser mais real e de maior crédito, foi levado mais a sério e tomado em conta pelo poder público. Era a academia e as ciências, colocadas em função das grandes causas da sociedade e do Evangelho. Um segundo resultado da interação entre saber popular e saber acadêmico foi a contribuição, não só para uma maior humanização da ciência, como também para, por um lado, a “evangelização” do mundo acadêmico¹¹ e, por outro, a valorização das ciências por parte da Igreja.

Ao lado desses resultados surgiram também desafios. O primeiro deles foi a dificuldade em entender que um processo popular não deixa de ser popular pelo fato de integrar peritos e o mundo acadêmico em seu seio. O divórcio histórico entre mundo da ciência e mundo popular torna difícil resgatar o papel importante que pode jogar a teoria ou o intelectual num processo social ou pastoral. Confunde-se às vezes e com certa razão, teoria com teorismo e intelectual com gente de gabinete. Em decorrência disso, está a falta de formação, principalmente sócio-analítica-pastoral dos agentes de pastoral em geral. Na realidade, torna-se difícil uma verdadeira inter-relação entre saber popular e saber acadêmico, quando os meios populares se apresentam despreparados cientificamente, assim como quando a academia produz uma ciência divorciada das causas populares. O Papa Francisco tem insistido que os movimentos populares precisam ser interlocutores privilegiados da Igreja. Uma formação acadêmica é indispensável para que os meios populares não dependam totalmente das pessoas da academia, assim como é imprescindível que o mundo acadêmico tenha um vínculo umbilical com os meios populares, condição para se produzir um conhecimento relevante para o mundo de hoje, pois.

¹¹ Um exemplo marcante foi o caso de um membro do grupo de peritos da área da sociologia — Ely Ribeiro Nunes, vítima de um infarto, poucos dias antes do término do Sínodo. Era um grande cientista, ateu honesto, que buscava crer. Dias antes de sua morte, eu lhe perguntava se depois de três anos de trabalho como assessor do Sínodo, ele ainda se considerava ateu. Ele respondeu em forma de pergunta: “se eu creio no teu trabalho, se eu creio no trabalho da Igreja no sul catarinense, posso eu ainda considerar-me ateu?”

2.3 A conversão à realidade como caminho de conversão ao Evangelho

Estreitamente ligado ao primeiro objetivo do Sínodo — “dar mais voz e vez ao leigo na Igreja”, estabeleceu-se um segundo, não menos importante — “buscar uma pastoral de encarnação no contexto sul-catarinense, através da aplicação de uma metodologia que seja uma pedagogia de conversão para a realidade”. Tomava-se consciência da impossibilidade de um compromisso pastoral profético e transformador, sem uma consciência objetiva e profunda dos problemas sociais e sem uma tomada de posição frente a eles a partir da fé.

A tomada de consciência da miséria escondida

Pedagogicamente procurou-se conhecer para assumir pastoralmente, de maneira mais consequente, a realidade sul-catarinense sob três prismas: *população, natureza e Igreja*. Com isso, se quis, por um lado, fugir de uma leitura socializante, economicista ou estruturalista da realidade e, de outro, de uma visão espiritualista ou desencarnada. Para isso, deliberadamente, pôs-se em primeiro lugar a população, sujeito e finalidade da vida social e da ação pastoral. Ligada à população, deu-se ênfase à relação do ser humano com a natureza, com destaque para a ecologia, um dos grandes problemas do sul catarinense pelos problemas ambientais em torno à exploração do carvão mineral, mas colocando-se aí também a cultura e a política. Junto à população e à natureza colocou-se a Igreja e a pastoral, um corpo de serviço como sacramento do Reino no mundo, não de forma separada de seu contexto social, mas nem por isso confundida com ele.

Concretamente, com respeito à população, procurou-se captar a situação do povo no sul-catarinense, a partir das três etapas do viver — a etapa do *estudar* (0-19 anos), a etapa do *trabalhar* (20-60 anos) e a etapa do *descansar* (60 e mais anos) — uma vez que a vida tem o mesmo valor e dignidade desde o berço até à velhice. Na etapa do *estudar*, constatou-se que das 285 mil pessoas entre 0 a 19 anos, apenas 136 mil frequentavam algum nível de ensino e 152 mil estavam fora da escola (SDP, 1987, p. 54, 57 e 59)¹². Na etapa do *trabalhar*, deparou-se com um grau de pobreza inimaginável: 20% de desempregados, 31% de agricultores sem terra, 42% das famílias ganhando menos de dois salários mínimos, etc¹³. No que diz respeito à

¹² Constatou-se, também, que havia 67 mil crianças de 5 a 14 anos fora da escola. De cada 1000 alunos que entravam na escola, 942 não chegavam à universidade.

¹³ Somente para dar uns exemplos: dos quase 600 mil habitantes do sul catarinense na época, 262 mil pessoas estavam na etapa do trabalhar, ou seja, entre 20 e 60 anos (SDP, 1987, p. 60). Destes, apenas 180 mil eram pessoas economicamente ativas; 66 mil eram pessoas desempregadas ou subempregadas. Somados os desempregados com as 70 mil donas de casa que não têm atividade fora do lar, cujo número chegava a 100 mil, tinha-se uma taxa de desemprego de 20% da população, cf. *ibid.*, p. 79. Dos que trabalhavam, 38% se ocupavam

natureza, constatou-se que a poluição, especialmente do carvão mineral, estava agonizando a vida¹⁴. Quanto à *Igreja*, a pesquisa constatou uma prática pastoral pouco comprometida com essa realidade, em grande medida ainda atrelada à paróquia tradicional, centrada no padre e na sacramentalização¹⁵.

A repercussão dos dados levantados foi grande, a começar no interior da própria Igreja. Boa parte do clero, por exemplo, estranhou que 68% dos leigos/as dissessem que o seu papel na Igreja é tão importante quanto o do padre. No âmbito social, grupos econômicos e oligarquias políticas reagiram negativamente à reivindicação de um desenvolvimento com inclusão social e sem agressão à natureza. Por sua vez, comunidades de congregações religiosas se viram importunadas pela cobrança de uma prática coerente com seu carisma de fundação, uma vez que a pesquisa constatava que 40,5% delas tinham como carisma original a promoção das classes marginalizadas, 12% delas se fixaram na Diocese com essa finalidade, mas que então somente 1,4% delas o desempenhavam na prática.

Em geral, a busca de uma conversão para a realidade não foi um processo tranquilo. Não foi fácil assimilar os dados da realidade revelada, mais graves do que se imaginava. Ainda mais quando se tratava de dados fundamentados, levantados de maneira popular, mas, ao mesmo tempo de forma analítica, tanto que comprovados quando cruzados com outras fontes, fossem elas oficiais como o censo demográfico ou de instituições universitárias.

da agropecuária e da pesca, 25% com atividades industriais e 37% com comércio, serviço público e turismo. A agricultura estava relegada a um segundo plano, ocupando 38% da população e gerando somente 12% da renda da região, cf. *ibid.*, p. 63. De cada 100 agricultores, 31 deles não eram donos da terra em que trabalhavam. O êxodo rural era altíssimo: em 1970, 51% da população trabalhava na roça; em 1980 o índice já havia baixado para 38%, cf. *ibid.*, p. 64-65. Quanto à distribuição da renda, 42% das famílias ganhavam menos de 2 salários mínimos e passavam fome, enquanto que de outro lado, 9% das famílias mais ricas concentravam 31% da renda da região. A região de Laguna era tão pobre quanto o Piauí, pois a renda mensal de 53% população era de até 2 salários mínimos, cf. *ibid.*, p. 72. Depois, o diagnóstico iria afirmar que uma das causas dessa situação era um crescimento econômico instável, concentrado, comandado por interesses de fora, que agride a natureza, desperdiça recursos, absolutiza os bens e coisifica o ser humano.

¹⁴ A título de ilustração, de cada três rios na região, dois estavam poluídos e um morto. Nesse ritmo, se previa que em quinze anos todos os rios estariam mortos (SDP, PASTORAL, 1987, p. 85). Além do carvão, eram as empresas estatais as que mais poluíam, como a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) e a termoelétrica a carvão ELETROSUL, seguidas dos herbicidas. Na ocasião, se dizia que o desmatamento nas cabeceiras dos rios, nas encostas da Serra Geral, comprometeria até o abastecimento de água potável, num futuro não muito distante, o que realmente aconteceu, cf. *ibid.*, p. 86.

¹⁵ Por exemplo, apesar dos 3.336 Grupos de Reflexão e dos 9.500 catequistas atuando na Diocese na época, até 1980 não existia nenhum serviço de Pastoral Social organizado na Diocese (SDP, 1987, p. 103). Com o Sínodo, o fato de 90% da população se pronunciar em favor de uma Igreja empenhada na melhoria das condições de vida da população levou à criação de diversos serviços de Pastoral Social, como já mencionados.

Como pessoas de fé, ver leva a uma ação solidária

O processo de conversão para a realidade deu rostos concretos à opção preferencial pelos pobres. No sul catarinense, com o Sínodo, os pobres adquiriram rostos de operários, agricultores, pescadores, mulheres, encarcerados, negros, doentes, crianças, migrantes, etc. Rostos vistos e acolhidos que levaram à criação de novos serviços de Pastoral Social. Com o Plano Bial 1982/1983, plano que havia antecedido o Sínodo, já haviam sido criados alguns serviços neste âmbito como a Pastoral da Comunicação, a Comissão Justiça e Paz, a Pastoral da Terra, a Pastoral Operária, a Pastoral da Pesca, a Pastoral da Ecologia, a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Consciência Negra e a Pastoral da Saúde. Com o Sínodo, foram abertas novas frentes: Pastoral da Criança, Pastoral da Educação, Pastoral Universitária, Pastoral da Mulher, Pastoral do Menor e Pastoral do Migrante (SDP, 1987, p. 265-266). Dentre elas, cabe ressaltar a novidade da Pastoral da Ecologia, um serviço pastoral pioneiro na época, assim como a Pastoral da Consciência Negra, uma questão até então assumida sob um prisma político e social. Assim, com o novo plano pastoral fruto do Sínodo, a Pastoral Social passou a ser prioridade ao lado dos demais assim chamados Destaques Pastorais: Formação de lideranças, CEBs, Família, Juventude, Educação da fé.

Outro resultado a destacar foi a busca de superação do pragmatismo pastoral, através de um planejamento mais consequente da ação, não apenas restrito à execução. Os Objetivos Específicos, principalmente a explicitação de suas Políticas e Estratégias, ajudaram a distinguir e a valorizar os diversos níveis de ação. Tão importante quanto a execução, o planejamento da ação de cada setor mostrou que, articulados a ela, são igualmente indispensáveis outros níveis de ação como o conhecimento¹⁶, a informação, a coordenação¹⁷, a assessoria, a reivindicação¹⁸, a comunicação¹⁹, etc.

Esse esforço de encarnação na realidade sul-catarinense expressou-se também na elaboração de textos próprios, a partir da realidade da Diocese. Além dos roteiros para a catequese já existentes adaptados ao contexto da Diocese, nos anos imediatos que antecederam o Sínodo e, mais intensamente depois dele, continuou-se a elaborar de forma participativa

¹⁶ Nesta perspectiva, colocou-se em prática o amplo programa de formação de agentes de pastoral.

¹⁷ Institucionalizaram-se, com a elaboração de seus regimentos, os Conselhos Comarcais de Pastoral, Paroquiais e das Comunidades Locais, com suas respectivas assembleias.

¹⁸ Desenvolveram-se ações conjuntas com sindicatos e ONGs, principalmente no mundo do trabalho e no campo ecológico.

¹⁹ Intensificou-se o trabalho de informação com a revista diocesana *Diocese em Foco*; o programa de rádio *Igreja em Foco*, levado ao ar em cadeia de rádio, cobrindo toda a Diocese; a *Missão na TV*, seguida de um noticiário da Igreja na região; o Boletim das CEBs, *Pé na Caminhada*; e, o apoio ou criação de boletins paroquiais.

novos roteiros. Cabe destaque os roteiros para Grupos de Reflexão, para as Novenas de Natal e Quaresma, para a Liturgia, a Formação de Agentes de Pastoral, a Formação da Consciência Política e outros. Somente na década de 1980, as publicações somaram mais de trinta títulos, cada um com milhares e milhares de exemplares para poder chegar às 53 paróquias e suas 600 comunidades organizadas. Redigidos em linguagem popular, estes roteiros próprios permitiram uma maior vinculação da fé com a vida, da oração com o compromisso social ou do Evangelho com a realidade a ser transfigurada à luz da fé.

Dentro deste mesmo objetivo de favorecer uma maior encarnação da Igreja na realidade sul catarinense, procedeu-se também a um reagrupamento das paróquias em Comarcas por realidades afins, favorecendo uma pastoral mais específica, segundo as peculiaridades da região (SDP, 1987, p. 375)²⁰.

Entretanto, mesmo com todo esse esforço de implantação de uma pastoral encarnada, em estreita relação com os problemas da realidade sul-catarinense, apresentava-se o desafio da superação do modelo de paróquia tradicional, centrada no padre e na sacramentalização. Apesar da opção deliberada de uma Igreja comunidade de comunidades, através da implantação de CEBs, se constatava que ainda se estava distante de um modelo de paróquia comunhão de pequenas comunidades eclesiais de base e outros organismos, comunidades evangelizadoras, conforme o ideal explicitado no Marco Doutrinal. Constatava-se que a causa maior era a vigência de dois modelos de paróquia sobrepostos no ministério do padre. Por um lado, havia o padre convencido e fazendo um grande esforço para promover a participação do povo na vida da Igreja, com prioridade a uma evangelização libertadora. Mas, de outro, em parte vítima da escassez de clero, o padre continuava absorvido pela sacramentalização e pela burocracia paroquial. Isso tornava extremamente difícil a promoção da Pastoral Social, por exemplo. Somado a isso, estava a falta de preparo teológico-pastoral do clero e dos agentes de pastoral em geral para essa nova missão da Igreja, bem como a carência de troca de experiências com outras regiões do Estado ou do país, mais avançadas nesse processo de renovação.

Finalmente, se constatava que restava ainda inteiro o desafio de uma pastoral urbana. Via-de-regra, continuava-se a agir na cidade nos padrões do mundo rural, de onde procedia o clero e a maioria dos fiéis. O desafio era passar de uma pastoral na cidade a uma pastoral urbana, isto é, segundo as condições, valores e modo de vida urbanos. Desafio que continua ainda hoje, quarenta anos depois.

²⁰ As quatro comarcas existentes antes do Sínodo foram reorganizadas em sete: a Comarca de Laguna, em torno da realidade pesqueira e açoriana; a comarca de Braço do Norte, agrícola; a comarca de Meleiro, agrícola/italiana; a comarca de Urussanga e de Criciúma, em torno da realidade mineira; e, finalmente, a comarca de Tubarão, mais restrita à realidade urbana.

Considerações finais

Estamos diante de um Sínodo realizado há quarenta anos e que guarda toda a sua atualidade. Pioneirismo ou atestação de uma Igreja estagnada no processo de reforma do Vaticano II? Ou pior ainda, uma Igreja em retrocesso? E como se retrocedeu em relação ao que se viveu nas décadas de 1980 e 1990.

Difícilmente se poderia imaginar que esses nossos tempos de Sínodo da Amazônia, Primeira Assembleia Eclesial da Igreja na América Latina e de Sínodo sobre a Sinodalidade pudessem ser, para muitos, novidade na Igreja ou mesmo vistos como modismos do Papa Francisco. Ao que foi resgate do Vaticano II em sua “volta às fontes”, à Igreja sinodal do primeiro milênio, agora se contrapõem segmentos tradicionalistas, fundamentalistas e clericalizantes, nostálgicos de um passado sem retorno, alegando ruptura com “a tradição de sempre”, que desconhecem. Não tivesse havido as três décadas de involução eclesial, predominante nos dois pontificados que precederam o atual, a onda sinodal movida pelo Papa Francisco na atualidade, teria sido desencadeada ainda na primeira hora da renovação do Vaticano II, muito antes do Sínodo da Diocese de Tubarão, que já chegava tarde. Infelizmente, também na Diocese de Tubarão abateu-se um longo inverno eclesial, depois da primavera de seu Sínodo. Um inverno ainda não superado.

Hoje na Diocese e alhures, os novos ventos sinodais despertam no imaginário de muitos aquela ousadia que continua viva, ainda que, em grande medida, brasas sob cinzas. Será preciso despertar rápido da letargia e de uma visão retrospectiva da história, para mudar o perfil de uma Igreja ainda piramidal, até para estancar a sangria silenciosa do laicato, particularmente diante de um clericalismo arcaico com rosto *fashion*. Como diagnosticou *Aparecida*: “... tem nos faltado coragem, persistência e docilidade à graça, para levar adiante a renovação iniciada pelo Concílio Vaticano II e impulsionada pelas anteriores Conferências Gerais, para assegurar o rosto latino-americano e caribenho de nossa Igreja” (Dap, n. 100h). Prova disso, dizem os bispos, são “... as tentativas de voltar a uma eclesiologia e espiritualidade anteriores à renovação do Vaticano II” (Dap, n. 100b), apoiadas no clericalismo. *Aparecida* e o Papa Francisco não estão inovando nada, apenas estão tirando as consequências da concepção da Igreja como “Povo de Deus”, para um “caminhar juntos” pautado pelo *sensus fidelium*. A Igreja “somos nós”, todos os batizados. E conforme um princípio reinante na Igreja do primeiro milênio – “o que diz respeito a todos, deve ser discernido e decidido por todos”.

Siglas

- CEBs = Comunidades Eclesiais de Base
CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Dap = Documento de Aparecida
EG = Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*
SD = Documento de Santo Domingo
SDP = Secretariado Diocesano de Pastoral

Referências

- BORDENAVE DIAZ, J. *O que é participação*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, C. R. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRANDÃO, C. R. *Repensando a Pesquisa Participante*: São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRIGHENTI, A. a explicitação do Marco Referencial no planejamento pastoral. In: *A Igreja em Santa Catarina. Informativo da CRB/SC e do Regional Sul IV da CNBB*, Ano VIII, p. 6-8, dezembro de 1987.
- CONSTITUIÇÃO Dogmática *Lumen Gentium*. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 9-123.
- FALS BORDA, O. *et alli. Investigación participativa y Praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”* (2013). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html Acesso em: 05 abril 2022.
- Hoare, H. R. *Uso del análisis de la Red en la Administración de Proyectos*. México: Diana, 1979.
- IRIARTE, G. *Esquemas para la interpretación de la realidad*. La Paz: Senpas (Secretariado Nacional de Pastoral Social), 1985.
- LIBANIO, J. B. Los modos de discernir. *Reflexiones CIRE*, n. 67, p. 15-33, Enero/Abril 1987.
- MORALES, A. *Análisis e interpretación de la realidad*. Bogotá: IndoAm. Press, 1990.
- PARRA, A. Aproximación al método y al análisis teológico de la realidad. *Theologica Xaveriana*, Bogotá, n. 62, p. 33-57, octubre/diciembre, 1982.
- SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. A Diocese em Sínodo. In: *Diocese em Foco*. Órgão Oficial de divulgação da Diocese de Tubarão (artigo mensal, publicado por A. Brighenti, nos anos de 1984, 1985 e 1986).
- SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. *Diocese de Tubarão, quem somos?*

Monografia da realidade social e eclesial. Tubarão: Dehon, 1984.

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. *Diocese de Tubarão, para onde vamos?* Marco doutrinal para a realidade da região sul catarinense. Tubarão: Dehon, 1985.

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. *Curso de Capacitação de Agentes Pastoral, manual para professores e alunos.* Tubarão: Dehon, 1986.

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. *Compêndio dos documentos do Sínodo da Diocese de Tubarão, Plano Diocesano de Pastoral 1986-1990.* Tubarão: Dehon, 1987.

SENO CORNELLY, A. *Subsídios sobre o planejamento participativo.* Brasília: MEC-Secretariado Geral, 1980.

TAMAYO, M. *El Proceso de la Investigación científica fundamental: investigación y Evaluación de Proyectos,* Bogotá: 1990.

VELA, J. A. Planificación Participativa. CIV (Casa de la Juventud), n. 141-142, Mayo / Agosto 1988.

WHITAKER, F. Rede: estrutura alternativa de organização. *Vida Pastoral,* São Paulo, nov. / dez. 1993.

Artigo submetido em 29.01.2022 e aprovado em 18.04.2022.

Agenor Brighenti é Doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Université Catholique de Louvain, Bélgica (1993), com Pós-doutorado em Teologia pela Universidad Iberoamericana Ciudad de México (2017-2018). É professor- no Centro Bíblico-Teológico-Pastoral para América Latina del CELAM, em Bogotá, desde 1994. Ex-professor do Programa de Pós-graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em Curitiba. Orcid. org/0000-0002-9399-2621. E-mail: agenor.brighenti@gmail.com

Endereço: Rua Servidão Guarani, 128
Tapera
88049-270 Florianópolis – SC